

Imagens de um poeta e cônsul diplomático: o Brasil visto por António Feijó

José Cândido de Oliveira Martins

Universidade Católica Portuguesa

cmartins@braga.ucp.pt

Data de recepção do artigo: 20-06-2011

Data de aceitação do artigo: 01-07-2011

Resumo

Cônsul em 1886, António Feijó foi colocado no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Sua estada no Brasil até 1890 foi cultural e literariamente fecunda. Porém, a separação do Atlântico desencadeou a saudade e o exercício da comparação intercultural. Da correspondência privada, entretanto publicada, podemos extrair uma série de imagens sobre o Brasil de finais de Oitocentos. São representações de um europeu afastado da sua pátria. Criticamente e sem filtros diplomáticos, o autor vai construindo diversas visões do novo país, em que se sente exilado ou desterrado do seu querido país de origem.

Palavras-chave: António Feijó – epistolografia – exílio – visões do Brasil – literatura comparada.

Abstract

Diplomat in 1886, António Feijó was placed in Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul and Pernambuco. His stay in Brazil until 1890 was cultural and literarily fruitful. However, the separation of the Atlantic led to the nostalgia and the pursuit of cross-cultural comparison. In his private letters, published in the meantime, we can extract a series of images from Brazil in late nineteenth century. There are European representations away from their homeland. Critically and without diplomatic filters, this author builds several visions of the new country, in which he feel constantly exiled or outlawed from his beloved home country.

Keywords: António Feijó – epistolography – exile – images from Brazil – comparative literature.

Também são estas belezas as únicas coisas que me consolam neste longínquo exílio (Feijó 2004, p. 143)¹

1. Contexto das visões do “outro”

António Feijó (n. 1859, Ponte de Lima, Portugal – m. 1917, Estocolmo, Suécia) revelou-se um poeta com assinalável recepção e popularidade no seu tempo, finais de Oitocentos e início do séc. XX (Martins 2004 e 2005). Tendo-se relacionado com alguns dos espíritos mais esclarecidos do seu tempo (de Eça de Queirós, Oliveira Martins e Bernardo Pindela até Guerra Junqueiro e Luís de Magalhães, entre muitos outros), como se constata através da escrita deste notável epistológrafo, teve uma vida culturalmente preenchida, graças sobretudo à carreira profissional de diplomata.

De assumida e orgulhosa ascendência galega (Martins 2008), Feijó esteve no Brasil desde 1886 até 1890, exercendo funções diplomáticas e colaborando na imprensa periódica de várias cidades, através da publicação de poemas. Contudo, tratou-se de uma colocação profissional algo contrariada, pois não era o destino mais desejado. Neste contexto, a sua correspondência privada é reveladora de curiosas visões ou imagens que o diplomata lusitano construiu do Brasil desse tempo.

Com efeito, uma das mais perspicazes formas de olhar a cultura e a história alheias radica na experiência da viagem ou do exílio, voluntário ou imposto. Algumas das mais interessantes e reveladoras visões de um país, dos seus costumes, tradições, etc., foram-nos legadas por viajantes que, por razões muito diversas, deambularam por pátrias diferentes da sua. Ao longo dos séculos, a partir da matriz clássica de Ovídio (canto elegíaco) e de Homero (conto de exílio), o exílio revelou-se uma das fontes mais ricas de informação intercultural, desencadeando as temáticas recorrentes do «mal de ausência», como salientado por importantes ensaístas (Guillén 1998: 29 e ss.; e Said 2002)².

¹ Salvo indicação em contrário, a referência à edição das *Cartas a Luís de Magalhães* (2004), obra em 2 vols., diz respeito apenas a cartas contidas no volume I. Nas citações de António Feijó e de outros autores, procedemos à actualização ortográfica da sua escrita.

² Para o autor de *Por Tierras de Portugal y España*, contemporâneo de Feijó, a viagem também constituía uma modalidade ímpar de conhecimento, de comparação e de interiorização do «outro». E a forma mais adequada de viajar era sozinho – «Viajar en

No caso deste autor português, António Feijó, interessa-nos ver como a sua escrita epistolográfica (e não a sua poesia) é veículo de construção de imagens, pensamentos e juízos sobre o «outro», isto é, neste caso, de representações sobre o Brasil, mesmo que essas imagens sejam fruto de uma certa circunstância e de alguns preconceitos (não são sempre?), até sob a forma de estereótipos. Em todo o caso, esses textos não deixam de constituir uma forma de o autor dizer a sua própria identidade cultural, uma vez que toda a imagem «se constituye a través de una comparación contínua que va de la identidad a la alteridad» (Moll 2002: 349). Nesse sentido, essas cartas proporcionam-se a serem lidas a partir da perspectiva crítica da imagologia comparatista, de matriz necessariamente interdisciplinar e intercultural, numa acepção geral de *imagem* enquanto representação cultural do Outro ou do estrangeiro (Pageaux 1994: 60): «toute image procède d'une prise de conscience, si minime soit-elle, d'un Je par rapport à un Autre, d'un Ici par rapport à un Ailleurs».

Como sugerido, a permanência de Feijó em terras de Vera Cruz não constituiu propriamente uma experiência muito gratificante e atractiva para este poeta-diplomata, a julgar pelos seus testemunhos epistolográficos. A via diplomática impôs-lhe um início de carreira em algumas cidades brasileiras, mantendo ele sempre o fito de outra colocação em cidades europeias, desejo bem visível em constantes desabaços nas expostas cartas íntimas.

Com efeito, aos 27 anos (1886), o jovem recém-formado e já poeta António Feijó é nomeado cônsul em concurso público, em Portugal. Nas palavras do próprio, é «despachado cônsul para a América», embora os destinos desejados fossem outros (carta 95)³. Parte logo para o Brasil a 23 de Junho, sendo inicialmente colocado como

compañía no es viajar, pues quita al viaje su más íntimo encanto: la soledad», apenas acompanhado de certas leituras seleccionadas em função do itinerário da viagem, pois certas obras literárias (como as de Camilo, para entender um certo Portugal profundo, «campesino y marinero») são o melhor guia para a assimilação do espírito dos lugares. Como as obras de Camilo, para entender um certo Portugal profundo, «campesino y marinero», pois segundo o mesmo escritor-viajante, Unamuno, «Leer Camilo es viajar por Portugal, pêro por el Portugal de las almas» (Unamuno 2006: 97 e 98).

³ As necessidades financeiras obrigavam o jovem Feijó a aceitar um posto diplomático, como desabaça com Luís de Magalhães (cf. Feijó 2004: 126-127) em Janeiro de 1886: «Eu tenho absoluta necessidade de ser empregado. De 26 anos, bacharel em leis, homem de tretas, etc., etc., já estou cansado desta posição dúbida em que me encontro, vivendo da mesada de meu Pai e dos socorros fraternos, Portanto marchoo para o Maranhão ou para qualquer outra parte logo que o despacho apareça».

cônsul-adido na Legação do Rio de Janeiro, com o embaixador Nogueira Soares. Em Novembro de 1886, Feijó é designado adido de Portugal no Consulado do Rio Grande do Sul (Feijó 1961: 82). A correspondência de Feijó detalha circunstâncias da viagem ou primeiras impressões, sem esquecer a função a exercer:

Parto para o Brasil em Maio, com o Nogueira Soares, e fico a fazer serviço na Legação como cônsul adido. (...) Depois da inspecção ao consulado geral do Rio seguiremos na inspecção a todos os outros do império. (Feijó 1961: 38-39)

Nessa descrição pormenorizada não esquecer sequer a menção de um roubo ocorrido no Consulado do Rio; e ainda passagem e recepção na Baía, a bordo do navio Niger (Feijó 1961: 40-42 e 56).

Também as *Cartas a Luís de Magalhães* (Feijó 2004) são informativas a este respeito: por ex., a carta 108, com referência expressa à «comissão de inspecção aos consulados do Império», que Feijó integrará, como «adjunto do Ministro» nessa tarefa. Antes ainda de chegar ao Rio, desembarca na festiva cidade da Baía para breve visita (carta 115). A viagem de Lisboa para o Rio tem lugar em Julho de 1886, a bordo do navio Niger, permitindo assim ao jovem diplomata admirar, pela primeira vez e com embevecido espanto, as belas paisagens brasileiras:

De resto as costas do Brasil são lindíssimas. Pernambuco e a Baía são duas belas cidades, principalmente vistas do mar. Mas o que mais admira e impressiona o europeu é a vegetação. Árvores estupendas, duma altura extraordinária, enroscadas e enredadas umas nas outras como elos de serpentes furiosas, arbustos formosíssimos, todos corados de flores vermelhas, como sangue dum belo efeito, olhadas a distância entre o verde negro das palmeiras e dos coqueiros. (Feijó 1961: 57)

E as primeiras «impressões desta terra» (Rio de Janeiro) são manifestamente positivas: aprecia o clima ameno e a paisagem encantadora; comenta a grandeza da cidade e dos seus arrabaldes; particulariza o encontro com alguns patrícios lusos; mas logo desabafa sobre as imensas visitas de cortesia a que se vê obrigado pela função diplomática (cf. Feijó 1961: 57-58). Em todo o caso, o poeta-diplomata não resiste à beleza encantatório do Rio, que lhe merece uma «impressão» eufórica, em carta de 24 de Julho de 1886:

O país é lindíssimo. Desde que a gente passa o Equador até à entrada na baía do Rio de Janeiro já os incómodos da viagem são compensados pelos surpreendentes espectáculos de que se goza. Não há nada mais

belo, nem pode imaginar-se coisa mais sublime, do que um poente tropical. O horizonte tinge-se de cores vivas e ardentes, as nuvens tomam aspectos verdadeiramente fantásticos, e o disco solar apresenta um aspecto completamente verde – *vert foncé* – quando as águas do mar têm a cor azul. É fenómeno físico, proveniente da combinação do azul com o amarelo, mas é divino. (Feijó 1961: 60)

A empática descrição das primeiras impressões de Feijó sobre a celestial beleza do Rio continua na mesma tonalidade arrebatada, embora depois seja contrastada com a descrição do interior do Rio e dos cariocas, pois para este viajante, decididamente, «o pior de tudo é a gente», incluindo os patrícios lusos. Porém, a beleza da «entrada no Rio de Janeiro é incomparável»:

A baía estende-se por entre morros talhados a prumo, uns cobertos de verdura, outros calcinados pelo calor, que parecem rebentar do meio das águas, tranquilas como um lago. É monumental. A entrada do Tejo, apesar de toda a sua beleza, não pode suportar a comparação. (Feijó 1961: 60)

Passados dois anos, em 1888, Feijó já desempenha funções no consulado português de Pernambuco. Entretanto, prossegue as singulares traduções-adaptações de poemas chineses, a partir do *Livre de Jade* (1867) de Judith Gauthier. Em Novembro desse ano, viaja pela Argentina e Paraguai, visitando Buenos Aires e Montevidéu (Feijó 2004: 208-210).

2. Imagens do Brasil num “longínquo exílio”

Partindo das circunstâncias referidas, importa-nos reflectir brevemente sobre as particulares *imagens*⁴ que António Feijó foi construindo do Brasil, durante a sua permanência neste país, no exercício das suas funções diplomáticas, representações visíveis na epistolografia particular entretanto publicada, após as referidas primeiras impressões resultantes da sua estada brasileira.

2.1. *Nostalgia da pátria portuguesa:* na subjectiva descrição que o próprio diplomata elabora da sua estada no Brasil, merecem realce algumas imagens prévias e reiteradas. Primeiro, reitera as constantes saudades da pátria (*o topos do mal du pays*, recorrente na escrita do autor exilado) – quer de Portugal, quer da sua amada terra natal, a vila

⁴ No referido enquadramento teórico-crítico da imagologia comparatista (Moll 2002: 348 e ss.), pois «la literatura nos transmite imágenes y juicios» sobre outros povos e culturas, numa dialéctica de identidade/alteridade cultural.

minhota de Ponte de Lima, sua verdadeira *pátria* afectiva, no sentido ciceroniano. Para Edward Said (2005: 57), o intelectual exilado «é nostálgico e sentimental» por viver num «estado intermédio, nem de todo integrado ao novo lugar, nem totalmente liberto do antigo».

Afinal de contas, as novas funções arrancaram-no do amado ninho familiar e sobretudo de um círculo intelectual, dois meios que o convivial António Feijó muito prezava como personalidade muito sociável. Compreensivelmente, fruto da enorme distância face às suas raízes afectivas, o poeta-diplomada nunca chega a encontrar e a construir no Brasil as relações de amizade e de intimidade fraternal que muito desejava. Por isso, num discurso típico do homem exilado ou desterrado (*relegatio*), mostram-se bastante frequentes os lamentos sobre as consequências causadas pelo afastamento da saudosa pátria lusitana, sendo poucos os aspectos ou factores que contribuam para a sua desejada *consulatio* ao nível da escrita de autor exilado (Guillén 1998: 34)⁵.

2.2. Observação geral dos costumes: um segundo aspecto, mais concreto para o nosso objectivo de reflexão, sobressai da sua correspondência – a visão crítica geral que, depois do eufórico impacto inicial, o poeta-diplomata vai construindo e ilustrando do Rio de Janeiro, nesses primeiros contactos, como cidade ou espaço de emigração lusa em novas terras, bem como dos seus habitantes, dos brasileiros (brancos ou negros) aos portugueses emigrados. Chegado ao Rio, queixa-se da «roda viva de visitas e jantares» a que a sua função o obriga; censura a indolência e a preguiça dos brasileiros ou a desconfiança dos indígenas, que, no seu entender, ainda olhavam para os portugueses como «dominadores»; e, sobretudo, reprova os seus compatriotas lusos, muitas vezes de forma impiedosa e contundente – «Os portugueses são de uma vaidade e dum orgulho verdadeiramente intratáveis» (Feijó 2004: 142). Com algumas ressalvas, os comentários e impressões sobre o Rio são extensivos a outras cidades brasileiras.

Nas suas cartas, não faltam sequer referências ao elevado nível de vida visível nos preços praticados no Rio de Janeiro. Como confessa

⁵ Por isso, diante dos dois destinatários (o irmão José Feijó e o amigo Luís de Magalhães), elogia vários aspectos da realidade brasileira; mas, ao mesmo tempo, também se queixa de imensas coisas que o frustraram nesse seu contacto com a nova realidade sul-americana. Sobretudo, mostra saudades de quase tudo de Portugal (incluindo a gastronomia, por ex.); e por isso, chega solicitar o envio de Portugal para o Rio de produtos tão variados como vinho, jornais ou livros. Entre outras leituras, pede o envio do livro do amigo Oliveira Martins, *O Brasil e as Colónias*.

epistolamente, a capital da «colónia portuguesa» espera vários luxos do corpo diplomático, desde a hospedagem (Hotel dos Estrangeiros, no bairro de Botafogo, ou palácio da Condessa de S. Mamede, fora do Rio, na época), ao aluguer de carruagem e assinatura no Teatro Francês. Porém, tudo isso tem um preço exagerado no Rio. Noutra carta, refere-se aos «preços exorbitantes» da vida carioca – «Aqui não se faz caso do dinheiro – é papel» (Feijó 1961: 49 e 61).

Num continuado retrato crítico-judicativo, em postura tantas vezes algo sobranceira, desmistificando mesmo uma imagem errada ou estereotipada do Brasil de final de Oitocentos, Feijó denuncia – na correspondência ao amigo Luís de Magalhães – certa incultura geral, visível dos hábitos de leitura à qualidade dos jornais e das representações teatrais, sobretudo no espaço privilegiado do Rio e da Corte, com as óbvias excepções:

E a propósito de letras devo dizer-te que por aí [em Portugal] se faz uma ideia absolutamente errada do Brasil. Aqui lê-se muito pouco e creio que ainda se aproveita menos. Não imaginas o que são as gazetas da Corte – uma verdadeira calamidade! (Feijó 2004: 142).

De um modo particular, a qualidade dos jornais cariocas da época suscita-lhe um juízo excessivamente severo. Mais do que o seu pronunciamento crítico, é muito interessante a minuciosa e viva descrição que o poeta-diplomata traça da azáfama humana e jornalística da Rua do Ouvidor, com realce para duas curiosas práticas jornalísticas do tempo – as *mofinas* ou «página destinada exclusivamente aos desabaços particulares»; e «um género de *réclame* extremamente engenhoso», já que «à porta de cada uma [das redacções de jornais] (...) há uma enorme lousa preta onde um repórter escreve a giz as notícias mais importantes do dia – à medida que vão chegando à redacção» (Feijó 2004: 151). Também em carta ao irmão, Feijó descreve o intenso movimento comercial da «celebrada Rua do Ouvidor e outras confluente», no centro da «cidade velha» (Feijó 1961: 61).

2.3. Patologia retórica: ainda nos primeiros contactos e «primeiras impressões desta terra» (Feijó 1961: 58), por entre visitas e recepções mais ou menos oficiais, um dos hábitos ou tendências cariocas que mais surpreende e diverte António Feijó, mas também o maça, é o gosto excessivo pela retórica por parte dos brasileiros, incluindo os seus emigrados patrícios, sobretudo nos divertidos, intermináveis e penosos jantares: «Ao assado começa a retórica; e depois durante duas horas bem puxadas é uma enfiada de discursos extraordinários, de um cómico

irresistível, mas que por isso mesmo se tornam insuportáveis» (Feijó 2004: 143).

Não hesita Feijó em ilustrar a sua visão crítica sobre esta patologia retórica – já denunciada pelo seu amigo Eça de Queirós em relação aos portugueses –, apresentando um exemplo de um dos oradores mais afamado no Brasil e até em Portugal (Joaquim Nabuco), traçando da sua eloquência um retrato bem pouco abonatório; e lembrando mesmo que fora hiperbolicamente elogiado, em Portugal, por Bordalo Pinheiro ou pelo padre António Cândido, no Parlamento lisboeta – «facto este que espantou toda a gente *di cá*»:

Fora do parlamento e entre os abolicionistas o orador e jornalista Joaquim Nabuco é tudo quanto há de mais banal e mais mediocrementemente enfatado. Já o ouvi falar 2 vezes. Teve a rara habilidade de falar por muito tempo sem dizer coisa nenhuma, além de muitas inconveniências, sem uma ideia nem uma imagem que não estivesse estafada pela oratória do mais insignificante Assunção (Feijó 2004: 153).

Para Feijó, uma excepção era o mulato José do Patrocínio, apresentado como um «rapaz de valor» pertencente ao mesmo partido: «Fala com sotaque brasileiro mas é correcto e apaixonado. E então tratando de escravos tem movimentos nobremente simpáticos. Pode dizer-se que advoga a sua própria causa, pois foi ele quem libertou a mãe, com o primeiro dinheiro que ganhou defendendo na imprensa a abolição da escravatura» (Feijó 2004: 154). O próprio Ruy Barbosa também não escapara o severo juízo do diplomata português, que o considera um erudito balofo e sem originalidade (Feijó 2004: 223).

Já instalado no Rio Grande do Sul, confia que se sente «apodrecer neste pântano» (Feijó 2004: 200). Perdido ou exilado na paisagem dos «pântanos da América do Sul», volta António Feijó ao tópico da retórica tão amada pelos brasileiros:

E a retórica? Não imaginas como ando saturado de lugares comuns e frases feitas para baptizados, casamentos, jantares – até em bailes é indispensável o discurso! E se o Cônsul não *ora* (é como se diz) está perdido no conceito público. É preciso *orar* e fazer conferências na Biblioteca Pública, ouvido por um auditório obtusamente estúpido. Se eu te contasse as minhas desventuras estou convencido que chorarias de compaixão (Feijó 2004: 167).

Entre outras imagens mais detalhadas sobre a cultura brasileira e a correspondente «observação destes costumes» (significativa expressão

de Feijó) – que nos escusamos a ilustrar minuciosamente –, menciona ainda o entediado diplomata – embora por vezes com comentários breves ou exemplos curiosos – várias realidades que o impressionaram: i) a febre ou vício do jogo (as lotarias); ii) a facilidade com que circula o dinheiro; o intenso movimento ou «formigueiro humano» que pulula na capital; iii) a vida comercial e o tipo de construções habitacionais; iv) a falta de higiene em alguns hotéis⁶; v) os excessos do clima, propiciadores de doenças várias; vii) o exagerado gosto pela ostentação de títulos, numa terra de «merceeiros condecorados»⁷; viii) a tentativa de atentado contra o Imperador; ix) os singulares hábitos da comunidade portuguesa; x) a violência exercida pelos capoeiras (vadios hábeis em dar navalhadas), perante o descaso da polícia; xi) sem esquecer o comércio da prostituição (Feijó 1961: 63).

A culminar e a contrastar todo o quadro disfórico – como seria de esperar, conhecendo nós o perfil de António Feijó –, há duas belezas inexcusáveis no Brasil – a já referida formosura das mulheres⁸; e o arrebatador encanto da natureza, *topos* recorrente dos viajantes estrangeiros:

(...) mas a natureza é tudo quanto há de mais belo e surpreendente. A entrada na Baía do Rio de Janeiro é um triunfo. O Nogueira Soares que esteve na Índia, que viu Nápoles e Constantinopla, confessou espantado que não havia nada que pudesse comparar-se a isto. Também são estas belezas as únicas coisas que me consolam neste longo exílio (Feijó 2004: 143).

A somar às sucessivas imagens críticas da sociedade carioca, acrescenta Feijó uma outra não menos relevante – o Rio é uma cidade

⁶ Por ex., através da referência ao bichado que infesta e incomoda os hóspedes do Hotel dos Estrangeiros. Por isso, ironicamente, contrariando certa imagem do Brasil corrente em Portugal, conclui a carta de 23 de Janeiro dizendo ao amigo: «É necessário vir aqui para se poder apreciar com justeza a bondade deste clima e o adiantado desta civilização» (Feijó 2004: 145-156).

⁷ Como exemplificado jocosamente: «Não podes imaginar o que é viver numa terra em que todos são doutores, comendadores ou coronéis». «Decididamente não sou animal para estas latitudes nem homem para este meio de merceeiros condecorados» (Feijó 2004: 147).

⁸ Em todo caso, nem as belas mulheres cariocas escapam ao olhar crítico do português António Feijó: «As mulheres – a verdade manda Deus que seja dita! – são realmente bonitas, há por aqui tipos de uma rara perfeição; mas tornam-se intoleráveis por causa dos pais ou dos manos ou das tias, e riem-se descaradamente nas nossas bochechas do português bárbaro que nós falamos!». (Feijó 2004: 147). Convenhamos que esse comportamento não desabonava propriamente da proplada beleza da mulher carioca.

provinciana, dada à coscuvilhice e à fofoca, onde tudo se sabe, quer internamente, quer com perigosa amplificação em Portugal. Prevenindo o irmão sobre o conteúdo das cartas que lhe envia, adverte-o: «Isto é uma terra de intriga e de mexerico – perfeitamente um soalheiro de província. Sabe-se tudo e espreita-se tudo» (Feijó 1961: 66). O mesmo cuidado solicita a Luís de Magalhães, pedindo-lhe o devido sigilo sobre o que lhe vai contando acerca do Rio de Janeiro, pois se trata de «um verdadeiro soalheiro de província»:

Sabe-se tudo quanto se passa pelas casas alheias – tudo quanto se diz, e até imaginam adivinhar quanto se pensa. Um peido dado na Rua do Ouvidor é como um trovão na Europa – ouve-se por todos os cantos com ruidoso estrépito. (Feijó 2004: 145)

Definitivamente, António Feijó não se consegue habituar ao contexto sociológico e cultural brasileiro: «Não sou animal para os trópicos», desabafa (Feijó 2004: 189). Quando anseia por deixar o Rio Grande do Sul, anota que se propõe «recolher apontamentos para a história da minha aventura consular no Brasil, de que toda a vida me arrependerei» (*ibidem*: 191). Contudo, entre outros prazeres da sua estada brasileira, menciona a afabilidade da família real e, em particular, a amabilidade do imperador D. Pedro que, numa visita feita ao Paço, diz a Feijó ter lido os seus versos (*ibidem*: 144). Aliás, também em carta ao irmão José particulariza a amabilidade do imperador: «Disse-me que conhecia os meus livros de versos e citou-os com muito boas palavras». (Feijó 1961: 62)

2.4. Meio literário e plágios: neste mosaico compósito de visões da sociedade e cultura brasileiras, merece destaque uma outra imagem – o modo como António Feijó se refere ao meio literário brasileiro da época, tal como ele o conheceu nesse curto período da sua estada. A partir de circunstâncias da sua própria escrita literária e numa visão manifestamente crítica e redutora, comenta sobranceira e criticamente as debilidades da «literatura e literatos» da capital: «Actualmente o movimento científico, literário e jornalístico do Brasil, principalmente do Rio de Janeiro – único centro que tenho observado – é quase nulo, e o pouco que existe é duma triste e desoladora mediocridade». (Feijó 2004: 150)

No que respeita ao deleitado trabalho de tradução de poemas chineses (Martins, 2004: 153 ss; 2005: 105 ss.), confessa o poeta-diplomata o demorado e persistente trabalho de oficina exigido por esses textos tão singulares; mas também o prazer e o orgulho que dessa

actividade foi retirando. Estas «traduções chinesas» ou «chinesices» – como afectiva e jocosamente lhe chama – fazem-se a partir da colectânea francesa *Le Livre de Jade* (Paris, 1867) de Judith Gautier. Ao sabor de uma paixão orientalista – merecedora de reflexão crítica (cf. Ramos 2001) –, compara-se com Machado de Assis que, em *Felenas*, também se deixou seduzir pela beleza desses textos orientais:

Já traduzi mais 4 chinesices. Parece-me, porém, que tudo o que no livro havia de mais belo já está esgotado. O Machado de Assis traduziu apenas 8, que lhe pareceram os mais notáveis. Eu já vou muito mais adiante. As traduções dele são todas em versos brancos, e por isso más, e até menos exactas que as minhas; a não ser as quadras «Coração triste, falando ao Sol» que ele imitou dum modo excepcionalmente belo. (Feijó 2004: 112-113)

Resta acrescentar que várias dessas «traduções chinesas» foram editadas em diversos jornais brasileiros, em várias cidades. Infelizmente, está por fazer esse trabalho difícil de recolha de textos poéticos do autor português em publicações periódicas do Brasil, podendo nesse campo encontrar-se alguns textos que nunca chegaram a ser editados em livro pelo autor.

A relação de António Feijó com o meio literário brasileiro conhece ainda outra faceta que o leva a formular juízos generalizadores e desfavoráveis sobre o Brasil. Já em 1883 (e depois repetidamente), queixa-se o autor português que o brasileiro Luís Delfino⁹ lhe terá plagiado um soneto; e ainda que o escritor Artur Azevedo (um dos futuros fundadores da Academia Brasileira de Letras) terá escrito – em crónica jornalística de um periódico fluminense – uma apreciação crítica pouco simpática sobre seu recente livro *Transfigurações* (carta 20), merecendo-lhe por isso um silêncio incomodado (carta 30)¹⁰.

Já no Rio de Janeiro, o cônsul português lamenta-se do plágio de que pretensamente fora alvo, por parte do referido «vate» Luís Delfino, deixando entender que vários jornais da época (Janeiro de 1887) «se ocuparam desse nefando caso». Porém, para seu espanto, essas publicações periódicas denegriam o poeta português e incensavam o

⁹ Cf. Luiz Delfino (2001), médico cuja obra poética foi postumamente editada, a partir de 1927. Além disso, Feijó também se queixa das confusões pela semelhança entre o seu nome e o de um político e autor brasileiro (padre Diogo António Feijó).

¹⁰ Noutra carta, Feijó refere-se de novo ao juízo excessivamente negativo de que a sua poesia era alvo, em favor do panegírico do seu plagiador (cf. Feijó 2004: 150). Isso constituía para ele o cúmulo da injustiça – o criminoso autor do plágio ainda era incensado.

brasileiro, enfurecendo ainda mais o poeta limiano (Feijó 2004: 150). Já em funções em Estocolmo (1890), em desabafo com Luís de Magalhães, Feijó retoma o tema da apropriação indevida dos seus textos, nomeadamente a publicação não autorizada de poemas do seu querido *Cancioneiro Chinês* na imprensa brasileira:

O *Correio Paulistano*, lá desses Brasis, tem publicado com a maior sem cerimónia, quase todo o meu *Cancioneiro Chinês*, ocultando o nome do autor, e, o que é mais interessante de tudo – fazendo-lhe correcções e emendas para brasileiro! Que dizes a isto? Que diabo hei-de fazer? Provavelmente, daqui a meses, aparecem todos esses versos em volume com o nome de qualquer caipora. Lembra-me isto aquele poeta de Jaquarim, que diante de mim, ignorando que António de Castro Feijó era o António Feijó das cantigas, recitou o soneto *Pálida e Loira* dizendo que era dele! E eu não protestei, porque tive medo que me não acreditassem! (Feijó 2004: 461)

A preocupação de Feijó leva-o a abordar o tema em várias cartas, repetindo que é alvo de «atentados» à sua propriedade intelectual, atentado «de que estou sendo vítima nos Brasis. Continuam a roubar-me escandalosamente». O caricato é que, segundo o seu relato, textos seus do *Cancioneiro Chinês* também foram atribuídos a um homónimo brasileiro, o Regente do Império Padre António Feijó; e sob este nome continuavam a ser publicados poemas no *Correio Paulistano*. Além do mais, o poeta português contesta que esses seus textos devam ser concebidos como meras traduções ou que sejam apresentados redutoramente como tais (cf. Feijó 2004: 464)¹¹.

Por isso, não hesita em pedir a Luís de Magalhães que publique um texto crítico de denúncia desta descarada prática de plágio. Coisa que o amigo e interlocutor faz nas páginas da revista quinzenal ilustrada *Brasil-Portugal*, editada em Lisboa, ao publicar um texto justamente intitulado “Plagiato Litterario”. A estratégia de denúncia da prática do descarado plágio é feita através do cotejo dos textos anónimos publicados em diversos jornais brasileiros (quatro poemas), e os textos

¹¹ Já Camilo dedicara atenção condenatória ao assunto, no seu proverbial estilo sarcástico, vergastando certos contrafactores sem escrúpulos da Rua do Ouvidor, pois também ele viu algumas das suas obras editadas clandestinamente: «Os livreiros do Brasil opera as suas contrafacções movido dum pensamento chão, correntio e singelo: roubar-nos». Em amarga ironia, que envolve o pensamento de Alexandre Herculano e as concepções sobre a propriedade literária, Camilo interroga-se: «Que fazer contra o crime de roubo perpetrado pelos contrafactores do Brasil aos escritores e editores portugueses?» (Branco 1993: 731 e 732).

de António Feijó editados no *Cancioneiro Chinês* (quatro poemas). Ora, esse pronunciamento de Luís de Magalhães abre introdutoriamente com uma nota a sustentar a frontal acusação do plágio, através da reprodução dos exemplos maiores do crime, enviados seguramente pelo poeta vítima de plágio:

Tenho aqui diante de mim uns poucos de jornais brasileiros: de S. Paulo, Pernambuco e Porto Alegre – todos de Outubro e Novembro passados. Quem nos mandou marcou, a traços de tinta, uma secção literária, onde encontro, sem nome de tradutor e com o título de *Poesias Chinesas*, algumas versões do *Livro de Jade* – essa antologia dos líricos celestes. Com certo espanto, à medida que vou lendo, descubro estrofes e versos que me não são estranhos ao ouvido. E logo António Feijó e o seu *Cancioneiro Chinês* me vêm à lembrança! Abro então a estante (...) e tomo o livro do meu velho amigo e companheiro. Cotejo as versões – e eis, leitor amigo, que se me depara esta surpresa que aqui te ponho diante dos olhos. (Magalhães 1901: 379)

E no final do cotejo das provas do crime de plágio, Luís de Magalhães acrescenta que esta sua eloquente demonstração é apenas uma “amostra do plagiato”, sendo a sua simples apresentação dispensadora de mais comentários. Contudo, o defensor da honra e do bom nome do poeta limiano não se fica por essa estratégia argumentativa e reforça a sua pública acusação aos “versos plagiados de Feijó”, investindo: na maior parte das situações, o leitor depara-se com a “coincidência de estrofes inteiras” plagiadas; em outros casos, o plagiador pretende garantir a sua “originalidade” alterando – e sempre mal – algumas palavras dos textos editados de Feijó. O anónimo plagiador fora sobretudo vítima da manifesta ignorância, já que esse “tradutor” brasileiro desconhecia o processo subjacente ao singular trabalho poético de António Feijó, como salientado pelo seu entusiasmado defensor:

(...) o pobre homem ignorava decerto que as *versões em verso* de Feijó, sendo feitas através de *versões em prosa*, como a de Judith Gauthier, não eram uma tradução literal ou mesmo aproximada, mas uma simples adaptação, onde o tradutor se aproveitou apenas das ideias, dos conceitos e das imagens como de tema, sobre que livremente modelou a sua forma, e que, assim, o metro, o ritmo, a estrutura estrófica dessas versões *não são originais dos poetas chineses*, mas sim arbitrariamente escolhidos pelo poeta português. (Magalhães 1901: 380)

Como se isto não fosse bastante, o crítico das páginas de *Brasil-Portugal* ainda elenca outro exemplo de flagrante plágio poético de que António Feijó fora alvo: com a assinatura do prestigiado Padre Diogo A.

Feijó (político brasileiro, mas português de nascimento e até com algum remoto parentesco com o poeta limiano) fora também publicado o soneto “Refugium Peccatorum” da *Ilha dos Amores*. O protesto veemente de Luís de Magalhães não se faz esperar, quando se interroga de forma cínica a acusatória: “Por que misterioso processo de erudição e crítica literária se atribuiu, porém, a este padre, coevo dos últimos arcades, a paternidade de um soneto que faz parte de um volume publicado em Lisboa em 1897 – é o que, por mais que em tal segredo parafuse, não me é dado desvendar!” (Magalhães 1901: 380) Além do mais, argumenta a terminar, possuindo poetas relevantes (Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias, Luís Guimarães ou Olavo Bilac), o Parnaso da literatura brasileira não precisava destes condenáveis expedientes de enriquecimento patrimonial...

Curiosamente, para a história e sociologia literárias de ambos os países, António Feijó não deixa de apontar a Luís de Magalhães os nomes dos autores portugueses mais lidos e apreciados na época em terras brasileiras (Tomás Ribeiro, Bulhão Pato, Pinheiro Chagas e Latino Coelho), assinalando como essa recepção não replicava necessariamente a popularidade lusa dos referidos autores. Implicitamente, parece aludir a mecanismos literários e extra-literários que influem nesse processo de recepção além-fronteiras.

2.5. Proclamação da República brasileira: na sucessão de imagens plurais do Brasil de final de Oitocentos, merece destaque a viva pintura (em cores de hipotipose) que António Feijó, a quente e como testemunha presencial, traça de um facto relevante da moderna história do Brasil – a implantação da República, dada em descrição pormenorizada, jocosa e quase caricatural. Já antes o poeta-diplomada se tinha referido ao exército brasileiro como «a tropa mais fandanga que tenho visto». (Feijó 2004: 152)

Assim, na carta 152, de 6 de Dezembro de 1889, o poeta limiano enumera as circunstâncias conducentes ao clima de desagrado geral e à proclamação republicana, com destaque para a questão militar, em que os soldados se sobrepuseram ao governo; a abolição da escravatura, desencadeando o descontentamento dos proprietários de S. Paulo, Minas e Rio; e ainda a capitalização desse estado colectivo por parte da propaganda do partido republicano.

Neste contexto, engrossada com a soldadesca, a resistência escolhera para chefe o Marechal Deodoro da Fonseca, preparando um golpe de estado para apenas derrubar o governo liberal. Segue-se, na

pena de Feijó, a descrição de como os acontecimentos se precipitaram na noite de 14 para 15 de Novembro de 1889. Sem recurso à violência e perante a incapacidade das forças fiéis ao regime, foram depostos de uma penada o Imperador do Brasil (D. Pedro II), bem como o presidente do Conselho de Ministros do Império, o visconde de Ouro Preto, por entre declarações e pormenores caricatos, segundo o relato do divertido Feijó sobre o «can-can republicano» (cf. Brandão 2008: 29).

O remate do episódio histórico era expectável. Entusiasmado com esses inesperados desenvolvimentos, o povo «começou a dar vivas à República»; e o próprio Deodoro «deixou-se entusiasmar, teve medo de voltar para trás, e fez-se desta forma a República Brasileira, com espanto de toda a gente e ignorância até dos próprios que a fizeram!» (Feijó 2004: 221). Também em carta ao irmão José, expressando os seus temores sobre o rumo político do Brasil, se refere *en passant* à «Revolução Republicana que ontem rebentou no Rio. Eu não sei o que será de mim. Do Brasil sei que vai ser a desgraça, porque com a República virá o desmembramento do país». (Feijó 1961: 142)

3. Coda

No final, impõe-se alguns comentários adicionais. Mau grado a existência de um discurso epistolográfico entediado por parte de António Feijó, de algum modo condicionado pelo longínquo e forçado exílio, um balanço menos afectivo ou subjectivo permite-nos dizer que a curta permanência brasileira do poeta límano resultou positivamente numa apreciável experiência profissional e de vida, num enriquecimento da sua visão intercultural e até num incremento da sua criação poética.

Numa segunda nota, recorde-se que em 1917, precisamente o ano do falecimento de António Feijó, a 1 de Junho, apresentava o poeta português Alberto d'Oliveira uma conferência na Academia Brasileira (sessão de 18 de Junho de 1917)¹². Intitulada «António Feijó, o que morreu de amor», é um texto emocionado e memorialístico, republicado na edição póstuma das *Poesias Completas* de António Feijó. (Martins 2004: 341-353)

Servindo-se das confissões de cartas íntimas do poeta, Alberto d'Oliveira traça um panegírico que, objectivamente, talvez acrescente

¹² Recorde-se que, no final da sua vida, o próprio António Feijó teve a satisfação de ser eleito para a Academia Brasileira de Letras. O texto de Alberto de Oliveira foi objecto de publicação por parte da mesma Academia em 1921.

pouco ao conhecimento da figura e da obra do desaparecido e admirado poeta, bem como da sua visão do Brasil. Mais do que defender uma visão (ultra)romântica e sentimental – segundo a qual Feijó não conseguiu sobreviver à morte da amada esposa; ou de afirmar genericamente que o poeta «era muito amigo do Brasil, onde vivera alguns anos ardentes da sua mocidade, e tinha aqui amigos dedicados» –, impõe-se hoje um olhar mais crítico e distanciado sobre os textos epistolográficos de Antônio Feijó e a sua ambivalente relação com o Brasil.

Evidencia-se ainda um terceiro comentário para realçar que estas imagens brasileiras de Feijó, extraídas da sua correspondência particular, são caracterizadas por uma sinceridade sem a retórica e sem os filtros próprios da correspondência oficial e dos relatórios diplomáticos. Por essa razão, esta correspondência tem um valor acrescido, porque redigida à margem de certos discursos oficiais e auto-vigiados, traçando um quadro mais genuinamente impressivo e real da amada «colônia portuguesa». Além do mais, como bem sabemos, a reiterada afectividade e a retórica política usadas enfaticamente nas relações históricas e culturais entre Portugal e Brasil, apresentados como «países irmãos», não escondem um incompreensível desconhecimento mútuo e, da parte do Brasil, uma certa «rasura, já antiga, da sua raiz lusitana», tendendo para um parricídio inconsciente – tal como defende Eduardo Lourenço (1999: 136), em breve ensaio «Nós e o Brasil: ressentimento e delírio». Também por isso, documentos humanos e históricos como esta correspondência de Feijó têm uma relevância indiscutível para o mútuo conhecimento.

Consabidamente, como sugerido inicialmente, os estudos literários e culturais contribuem para uma leitura crítica do passado histórico e do processo de construção narrativa das nossas identidades. Isso pode ser feito, por exemplo, através de pesquisas em torno das imagens e das narrativas que cada comunidade constrói de si mesma e do outro, nomeadamente em tempos pós-imperiais, onde as várias *comunidades imaginadas* (Anderson 1991) se devem analisar continuamente, através das sucessivas imagens e narrativas identitárias.

Finalmente, no referido processo de construção de imagens do «outro» (*imageries*) – ou mesmo de correcção de outras representações sobre a mesma realidade sociológica e cultural –, por contraposição à identidade cultural de origem – numa constante dialéctica identidade/alteridade –, também as representações de Feijó se ressentem de um certo «discurso» exótico, eurocêntrico e vagamente colonial.

(Moll 2002: 350) A assumida «observação destes costumes» de Feijó não poderia deixar de ser feita em consciente contraste com a identidade cultural do seu país de origem. Aliás, referindo-se a esses costumes cariocas, ele próprio refere que «têm para nós europeus um certo encanto de novidade e de pitoresco». (Feijó 2004: 149)

Bibliografia

- Anderson (1991): Benedict Anderson, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, 2 ed., London / New York, Verso.
- Branco (1993): Camilo Castelo Branco, “Os contrafactores do Brasil”, in *Obras Completas*, vol. XV, Porto, Lello & Irmão – Editores.
- Brandão (2008): Fernando de Castro Brandão, *António Feijó Diplomata*, Lisboa, Europress.
- Delfino (2001): Luiz Delfino, *Poesia Completa*, 2 vols, Florianópolis, Academia Catarinense de Letras (org. e estudo de Lauro Junkes).
- Feijó (1961): António Feijó, *Cartas Íntimas de António Feijó*, Coimbra, Tip. da Coimbra Editora, Lda. (org. de Francisco Teixeira de Queirós); separata de *O Instituto* [Coimbra], vol. 123 (disponível *on-line* na BND: <http://purl.pt/704/>).
- Feijó (2004): António Feijó, *Cartas a Luís de Magalhães*, 2 vols., Lisboa, IN-CM (org. de Rui Feijó).
- Guillén (1998): Claudio Guillén, “El sol de los desterrados: literatura y exilio”, in *Múltiplas Moradas (Ensayo de Literatura Comparada)*, Barcelona, Tusquets Editores, pp. 29-97.
- Lourenço (1999): Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva.
- Magalhães (1901): Luís de Magalhães, “Plagiato Litterario”, *Brasil-Portugal*, Ano II, Lisboa, nº 48, 16 de Janeiro de 1901, pp. 379-380.
- Martins (2004): J. Cândido Martins (ed.), António Feijó, *Poesias Completas*, Porto, Caixotim.
- Martins (2005): J. Cândido Martins (ed.), António Feijó, *Poesias Dispersas e Inéditas*, Porto, Caixotim.
- Martins (2008): J. Cândido Martins, “A correspondência de António Feijó e a afirmação de parentescos com a Galiza”, in Carmen Villarino Pardo & Elias J. Torres Feijó & José Luís Rodríguez (ed.), *Da Galiza a Timor (A Lusofonia em Foco)*, *Actas do VIII Congresso da Associação*

- Internacional de Lusitanistas*, vol. II, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 1747-1756.
- Moll (2002): Nora Moll, “La imagología: definición y terminología”, in Armando Gnisci (ed.), *Introducción a la Literatura Comparada*, Barcelona, Ed. Crítica, pp. 348-389.
- Pageaux (1994): Daniel-Henri Pageaux, “Images”, in *La littérature Générale et Comparée*, Paris, Armand Colin, pp. 59-76.
- Ramos (2001): Manuela Delgado Leão Ramos, *António Feijó e Camilo Pessanha no Panorama do Orientalismo Português*, Lisboa, Fundação Oriente.
- Said (2002): Edward W. Said, *Reflections on Exile and Other Essays*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press [1ª ed., 1994].
- Said (2005): Edward W. Said, “Exílio intelectual: expatriados e marginais”, in *Representações do Intelectual*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Unamuno (2006): Miguel de Unamuno, *Por Tierras de Portugal y de España*, Madrid, Alianza Editorial [1ª ed., 1911].